

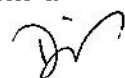
**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CMDR**

**Data: 02 de Junho de 2022- Horário: 16:30hs
Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, o Presidente José Dimas Pereira cumprimenta a todos os presentes na plenária e aqueles que estão participando remotamente. Inicia solicitando mais alguns minutos para o quórum e votação da aprovação das duas ultimas atas e trocar algumas ideias a respeito das câmeras temáticas. Que sugeriu alguns nomes para compor as câmaras técnicas onde ficou definido que na próxima plenária no dia sete de julho, já terá quem sabe o resultado de uma pequena reunião que esses membros poderão fazer ao longo do mês. Entre essa reunião e a próxima, pede que os membros se reúnam; mesmo que seja online, enfim; para discutir algumas pautas importantes e necessárias. Que o conselho vai providenciar o encaminhamento e oficializar os órgãos competentes a respeito do que foi discutido. Presidente coloca no telão a apresentação e sugestão e compartilha aos membros que estão participando remotamente. A primeira câmara técnica seria relacionada à segurança, o coronel Mauro e coronel Félix, na inovação estão Giane e Vinicius nos assuntos relacionados aos produtores rurais. Para o turismo rural tem Mauro Sérgio que é médico veterinário, Aline e Rodolfo e o Emerson que é o chefe de divisão da DDR. Esse grupo de quatro pessoas, certamente, terá ao longo desse mês uma pauta de prioridades desses setores. Que a próxima câmara técnica seria envolvendo a questão da manutenção das estradas, a manutenção, pavimentação. Destaca que a questão da EDP sempre foi um problema, certamente um bom tempo para cuidar. Quanto a SABESP, Presidente informa que ela está investindo em São Francisco Xavier, com atualizações das suas redes. Presidente convida o Secretário de Meio Ambiente Marcelo Manara para passe a plenária algum esclarecimento sobre o funcionamento das câmaras técnicas. Com a palavra o secretário que cumprimenta a todos da plenária e os que estão participando via remota, inicia fazendo uma colocação sobre as câmaras técnicas, uma estrutura muito importante no funcionamento dos colegiados, já que as discussões em plenária são discussões pelo tempo e pelo número de reuniões; mesmo que como esse conselho agora de desenvolvimento rural, ele tem se reunido, todos conselheiros têm participado; mas o tempo não permite que se aprofundem em determinadas questões, que se busque, debater e melhor solucionar esses desafios. Então, a câmara técnica vem para cumprir isso, um órgão assessor da plenária. Ele pode trazer propostas, até em consenso ou mesmo, não em consenso, na própria câmara



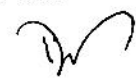
técnica; mas ele, dá outro patamar de debate para os assuntos de importância para o desenvolvimento rural. Agradece aos conselheiros que já se participam de forma voluntária, e aos que se desdobram para participar das câmaras técnicas. Que é um exercício muito saudável para o funcionamento, decisões e contribuições de um conselho importante como esse. Antecipa que podem surgir algumas indagações do setor rural, primeiro a manutenção das estradas, um assunto de vital importância para o segmento rural. Um trabalho feito através da Secretaria de Manutenção da cidade, com o Marquinho, em São Francisco e nas regionais um trabalho, importante nessa linha. O material que é descartado nos Pevs, os entulhos, a empresa que faz a gestão, ela processa, entrega para a Secretaria de Manutenção da cidade para dentre outros usos, fazer, melhorias na pavimentação das estradas rurais. Então, esse é um apelo, inclusive de sustentabilidade, para que tenha esse uso nobre do material, que é descartado, de pequenas reformas nos Pevs. A questão da EDP é provável que algumas pessoas venham ou procurem o conselho, via sindicato rural, já que a prefeitura tem um grupamento que chama (Gard), que atua tentando coibir parcelamento clandestino e construção em área de risco. Esse grupo chama a EDP, para que ela providencie o desligamento de energia em casas que não tenham sido aprovadas o alvará de construção, que sejam irregulares ou parcelamentos clandestinos. Que em São Francisco Xavier, já foram mais de vinte casas desligadas. A concessionária EDP teve uma atuação muito permissiva com relação à expansão da eletrificação em áreas irregulares, em áreas de risco, em parcelamentos clandestinos. Então, a Prefeitura deu um ultimato para a concessionária, que ela mudasse essa postura e ela já está providenciando o desligamento daqueles que não comprovam a legalidade. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziani, que está recebendo muita reclamação no sindicato de moradores e proprietários de imóveis rurais que querem colocar um ponto de energia a mais e não conseguem. A prefeitura exige projeto. Como exemplo cita a própria propriedade que não é irregular, e esse assunto deve ser tratado de forma séria. Que já solicitou esse pedido na reunião passada, e está grande o descontentamento dos produtores rurais nesse aspecto. Como exemplo cita um pesqueiro, o proprietário quer colocar um ponto de energia para ligar uma bomba e não consegue. Sugere que seja revisto com urgência essa situação. Com a palavra Marcelo Manara sugere trazer para a plenária a EDP para esclarecer como é o procedimento para que se faça a expansão dessas ligações dentro do rigor, obedecendo às normas impostas. Que o propósito da restrição colocada pela prefeitura não tem a ver com isso, mas pode ser que a própria EDP tenha adotando procedimentos. Sugere trazer para esclarecimentos e alinhar com a Secretaria de Manutenção da cidade, que tem uma diretoria de relação com as concessionárias. Com a



palavra Juarez, esclarece que a EDP solicita um cartão de numeração para fazer essas ligações que o Renato comentou. A informação que teve a semana passada, é que essa autorização teria que passar pela diretora Lola, das concessionárias. A EDP não está ligando, se não tiver o "ok" das concessionárias. Manara passa a palavra para Rodolfo Venâncio, informa que na verdade, em função do TAC, comentado na última reunião; firmado com o Ministério Público, a concessionária não vai efetuar a ligação para quem não tem projeto aprovado. O projeto aprovado resulta na produção de um cartão de numeração. Então assim, a EDP está vinculando ao cartão de numeração, mas não existe a figura, o serviço da prefeitura de entrega de cartão de numeração para ninguém. Seja na zona urbana, seja na zona rural. O cartão de numeração, ele é consequência de aprovação de um projeto. Que a informação que a prefeitura tem é que como a EDP não têm engenheiros, eles não têm arquiteto, eles não falam em leitura de projeto. Para eles basta o cartão de numeração para proceder à ligação. Um dos pontos é se não existir cartão de numeração não faz a ligação de energia. O funcionário do EDP não faz leitura de projeto, não sabe se aprovou um bloco de construção, ou mais, ligação de uma picadeira que precisa de um relógio específico; a iluminação do pesqueiro. Por isso, é que o processo, os pedidos, os procedimentos de ligação de energia na zona rural, têm passado pelo departamento de concessionárias da SMC. Com a palavra Renato Veneziani que argumenta que essa é uma demanda específica de São José e um problema que está sendo gerado no meio rural e precisa ser resolvido. Sem falar em projetos, plantas, loteamentos clandestinos, que esses proprietários rurais precisam de um ponto de energia e existe um travamento e tem que achar uma solução para destravar. Rodolfo explica que existe realmente, como já foi relatado na reunião anterior uma dificuldade de entendimento até por parte do pessoal da EDP como o secretário Manara apontou. Sugere que se faça uma reunião de alinhamento e procedimento entre prefeitura e a concessionária, para deixar claro, quais são as situações em que não vai haver nenhuma infração aquilo que foi determinado no TAC, e que obviamente não gera nenhuma ilegalidade. E aí, permitindo obviamente, esse aumento de carga, essa execução da ligação sem gerar também nenhum risco para o empreendedor, para o produtor rural. Secretário Manara explica que essa situação os bons estão pagando pelos maus, e o fato de agravar a situação com a EDP foi justamente o que estava extremamente permissivo, ao arrepio do próprio TAC e uma explosão de novos parcelamentos clandestinos, mais propriedades que estão sendo picotadas e não obedecendo ao módulo mínimo e construções acontecendo sem qualquer aprovação da prefeitura. Então, foi essa situação que nos levou a fazer uma pressão maior em cima da concessionária, porque ela estava fazendo ligações sem qualquer critério.



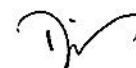

Agora, essa situação, é importante que aconteça e depois vamos fazendo os ajustes mais finos, para permitir que essas situações em que nitidamente um proprietário precise de uma expansão interna da rede para aumentar a sua produção, para ter uma melhoria, uma eficiência na sua produção por qualquer motivo. Com a palavra Renato Veneziani que argumenta que mesmo o produtor tendo toda documentação legal, INCRA, propriedades produtivas, ele tem esse descontentamento no meio rural, sem poder fazer uma ligação para uma bomba no pesqueiro, toda uma burocracia muito complicada atrás disso. Manara sugere que se tenha uma conversa com a Lola, com o representante da EDP, tragam para a plenária um assunto já previamente discutido com a EDP, algum alinhamento, proposta de solução, assim, o Conselho manda para a prefeitura para que ela entenda quais são esses ajustes possíveis, para não penalizar aqueles proprietários rurais que queiram fazer uso da energia e não fique complicado. Acredita ser um caminho possível, e o mais importante também é assegurar que todos, como lideranças rurais, partícipes da questão do segmento rural, informem o que está acontecendo. Que é importante que isso aconteça, não podemos permitir essa situação que estava ocorrendo de a energia ser um fator de indutor à cidade ilegal. Que esses ajustes vão ser necessários. Manara agrade ao Presidente José Dimas pelo espaço na plenária. Presidente José Dimas agradece Manara por auxiliar e ajudar a buscar uma solução para os problemas da emissão do cartão e resolução junto à EDP, essa abertura dos trabalhos da câmara técnica, importantíssima. O Rodolfo também já se prontificou, gentilmente a participar e que vai estender o convite e alinhamento junto com a Lola e Minoro. Com a palavra Vinicius Correa, que passará um informe referente à campanha de vacinação contra a febre aftosa e a brucelose. Que foram feitas mais de cinco mil aplicações no rebanho bovino joseense e que em novembro, será retomada a próxima campanha; e a previsão de vacinação é para mais 10.000 cabeças. Importante ressaltar que é o compromisso forte dessa administração, de querer estar ampliando cada vez mais, não só para aftosa, brucelose; mas também a manquinha e raiva. Com a palavra Marquinho, que cumprimenta a todos e agradece a oportunidade de participar e agradece ao presidente, pelos temas da pauta, polêmicos e expõe a questão dos produtores rurais em relação às ligações de energia elétrica. Lembra que há tempos vem cobrando por parte da administração pública e por parte da EDP uma resposta em relação ao assunto. Que desde 2019 que está à frente da subprefeitura, orienta as pessoas quanto ao procedimento correto em relação à ligação de energia elétrica; só que tinha um mercado paralelo acontecendo. Por várias vezes foi cobrado para que tomassem alguma atitude em relação ao que estava ocorrendo. As pessoas sabiam que estavam de alguma forma burlando esse sistema, e agora respondem pelos erros que eles cometeram. Um



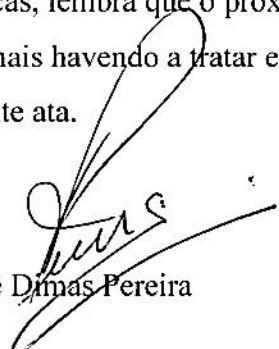
desafio nesse conselho para pensar, por exemplo, numa planta popular rural, para contemplar aqueles que não têm condições. Marquinhos propõe pensar numa forma de colaborar com essas pessoas de menor poder aquisitivo, está acontecendo nesse momento, esses desligamentos. Acredita que seja um bom momento, de discutir e levar essa questão junto à divisão de concessionárias, levar essa questão e trazer a EDP para perto. Com relação às estradas vem à primeira chuva, sofremos um pouco, mas conseguimos resolver a maioria dos problemas, acredito que a regional norte também está com algumas dificuldades, mas nada que deixe as pessoas intransitáveis e que esse atual momento que a vivemos, nos permite agir com mais celeridade. Com a palavra Juarez do departamento de gestão ambiental, que sabe de muitos problemas na zona rural, especialmente na região norte de São José dos Campos, tem muitos problemas, seja da questão das estradas, energia elétrica e também problemas ambientais. Com relação ao que o Renato e o Rodolfo comentaram, o departamento fez um informativo que vai ser distribuído na região. Esse material fala a respeito do alvará de construção da zona rural. Um folheto informativo, que explica como proceder antes de construir. Não é só a questão da fiscalização, temos que passar também a informação para os moradores da zona rural. Esclarecer qual o tamanho mínimo da propriedade, o que precisa ser feito, ter o seu projeto aprovado pelo setor competente da prefeitura. Uma preocupação legítima expressada pelo Renato, então é preciso achar esse meio de campo para coibir a questão dos loteamentos clandestinos ou irregulares; duas coisas distintas. Presidente passa a palavra para Rodolfo, que esclarece que é da competência da Secretaria de Gestão Habitacional e Obras, a emissão das plantas populares. Assim, cabe ao secretário Gláucio e equipe analisarem essa questão da emissão de planta popular. O folheto que a equipe do Juarez irá distribuir é bem interessante, e bem positivo; vai ajudar muito para o pessoal da fiscalização dos parcelamentos regulares, que atua na zona rural. Que a equipe do diretor Tarzia e do Emílio tem esse manual para a orientação também para o produtor rural e para o construtor da zona rural. O objetivo deles na fiscalização, obviamente, não é o mesmo viés da fiscalização da DICA, que é de controle ambiental; é realmente do parcelamento irregular, porém cabe também, essa orientação em relação às quais são os procedimentos corretos para a regularização das edificações. Presidente agradece Rodolfo e passa a palavra para Coronel Mauro, representante dos moradores da zona rural que cumprimenta a todos e quer dar sua contribuição para as comissões das câmaras técnicas, que está em uma delas e que é muito importante, colocar essas comissões realmente para funcionar, todos sabem da responsabilidade, dedicar o seu tempo, porque praticamente nomeamos essa comissão há um mês; e há um mês estamos aqui falando o mesmo assunto da comissão e não saímos da



comissão. Que é preciso ação, transpirar, suar a camisa e fazer acontecer, são temas extremamente importantes. Que coube a ele a segurança e a conectividade. E o problema sério é conseguir ligar no celular na hora de emergência de alguns locais da zona rural, como exemplo do Guirra com o Marquinhos em São Francisco. Que todos têm um papel extremamente importante, em poder colocar para as pessoas a melhor qualidade de vida. Um plano de governo dessa conectividade que colocou no plano de governo durante a campanha. Se o proprietário rural vai tirar o CNPJ, qual endereço colocar se nem a propriedade não tem o CEP. Lembra que é extremamente dificultoso para os que estão na área rural ter uma melhor qualidade de vida. Que a prefeitura colocou algumas plaquinhas de quilometragem na estrada, mas somente de um lado, sugere que sejam colocadas em ambos os lados. Que as estradas rurais devem ter uma melhor condição, pavimentar os pontos críticos. Como o poder público, tem que fomentar a riqueza do município, fomentar geração de emprego, de renda, estabilidade, tem uma série de câmeras temáticas no conselho, que precisam ser colocadas em funcionamento, que São José vai disparar e ser a capital do agro. Presidente agradece coronel Mauro e passa a palavra para o conselheiro Fernando da Associação de Engenheiros e Arquitetos, falar um pouco, qual é a previsão e como está o andamento do novo frigorífico, que é orgulho e faz parte dessa família pioneira e empreendedora. Fernando cumprimenta a todos os companheiros do conselho, informa que o frigorífico dentro de 15 dias, retomam o funcionamento. Que em relação às câmeras técnicas; na questão da base da produção agrícola que transforma em outras, as atividades que remuneram o produtor rural ela caberia dentro da câmara técnica de empreendedorismo rural. Fernando se diz ser um extensionista de raiz mesmo e sente falta de alguma coisa que traga a tecnologia. Que extensionista, nada mais é que a ponte, a tecnologia para o pequeno produtor rural. Então, dentro de um conselho de desenvolvimento rural, acredita que se encaixa na câmara técnica de empreendedorismo rural. Com a palavra a Eliane Maia que cumprimenta a todos, informa que a associação comercial está fazendo uma alteração do estatuto para poder envolver o empreendedor rural. Para ele se associar, e levar até ele alguns projetos. Que está para somar no que for necessário e contribuir. Presidente agradece Eliane e passa a palavra para Marquinhos que informa já ter entrado em contato com empresas que operam com uma internet para que atenda às necessidades das pessoas que estão nas reuniões on-line e usando a internet. A empresa, já opera em alguns lugares do Brasil, estão levando tecnologia que chamam de fibra no ar. A gente sabe da grande dificuldade, a fibra na zona rural é o cabeamento. Eles já estão subindo a primeira torre em São Francisco e já triangulando as torres num perímetro no raio de oito quilômetros. A sugestão é que o teste piloto fosse feito no bairro das Lavras e o próximo

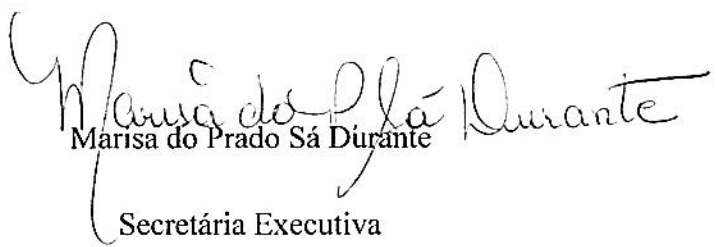


passo seria para o Guirra. Marquinhos pede a colaboração dos moradores dos dezesseis pontos foram mapeados, que são as bifurcações das estradas para que a empresa coloque um sistema de câmera. Com a palavra o Presidente, que sabe da dificuldade às vezes, de ter uma colaboração, pois na época que a Vivo queria colocar uma antena a população não concordava apesar de pagar. Que o investimento segundo a empresa, é de quase três milhões para começar a recuperar após três anos. A empresa já disponibilizou um aplicativo; onde é feito um cadastro, esse aplicativo vai ser passado para o pessoal da zona rural e que os 100 primeiros, serão contemplados com uma cortesia para facilitar. Que a empresa é bastante séria tem todo um contrato, um pacto jurídico e a empresa pedem 30 anos de garantia para ficar na região. Presidente passa para a votação e aprovação da ata de três de março de dois mil e vinte e dois, pergunta ao conselho se há alguma observação, nenhuma manifestação, aprovada por unanimidade. A segunda ata é do dia sete de abril de dois mil e vinte dois, nenhuma manifestação, aprovada por unanimidade. Presidente agradece a presença de todos na plenária a aos que estão via remota, a colaboração, a generosidade, a disponibilidade das câmaras técnicas, lembra que o próximo encontro será no dia sete de julho de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar encerra a presente reunião, eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



José Dimas Pereira

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

